



Anais da Assembléia

N.º 7

CURITIBA, QUARTA-FEIRA EM 06 DE MARÇO DE 1985

ANO XI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 3.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 1985.
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Edmar Luiz Costa e Tércio Albuquerque.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antonio Belinati, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (40). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Fuad Nacli, Ironði Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco e Roberto Requião (18).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem) Solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.^o Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

27 Senhores Deputados responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa registra a presença de 27 Senhores Deputados. A Mesa procederá a verificação de votação requerida pelo Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

(É procedida a verificação de votação)

26 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita. Aprovada.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 192/80, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que cria o Município de São José, desmembrado do Município de Santa Helena, com as divisas que especifica.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) SABINO CAMPOS e

(a) GERNOTE KIRINUS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento da Senhora ESTELA BARBOSA DE LACERDA SANTOS, em data de 12/02/85, na cidade da Lapa.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família, no seguinte endereço: Alameda David Carneiro, 109 - Lapa - PR.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento

do Senhor BIANOR NUNES, Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Arapoti - PR, ocorrido no mês de janeiro p.p.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família, por intermédio do referido Diretório.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar, por ocasião do falecimento do ex-senador ALÔ TICOULAT GUIMARÃES.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) PAULO FURIATTI.

JUSTIFICATIVA:

Como ex-Senador, ex-Deputado Federal, ex-Secretário do Interior e Justiça e ex-Prefeito de Curitiba, o Professor ALÔ TICOULAT GUIMARÃES prestou inestimáveis serviços à causa pública e ao povo do Paraná. Vida pública essa, marcada pela honestidade, bom senso e alto espírito público. Foi professor emérito da Universidade Federal do Paraná, fundador dos Hospitais Nossa Senhora da Luz e Bom Retiro, terminando sua vida à frente daquela instituição. Toda uma vida voltada aos interesses e bem estar do povo paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do SENADOR ALÔ GUIMARÃES.

Tal passamento vem consternar a nossa sociedade, em face os dotes morais do extinto, que também exerceu várias atividades políticas no Paraná. Além de Deputado Federal e depois Senador, foi Secretário do Interior e Justiça e também Prefeito de Curitiba.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, à Rua Dr. Muricy, n. 819, 9.º andar, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em Lunardelli, do Senhor Jair Nunes Vieira, casado com a

Senhora Luzia Vieira.

O atendimento da presente solicitação complementar as manifestações de tristeza dos habitantes de Lunardelli em cuja comunidade o prematuro desaparecimento causou profunda consternação, pois o mesmo era pessoa muito estimada por todos, não só por seus elevados dotes humanitários, mas também na qualidade de ex-funcionário da prefeitura Municipal, onde sua eficiência deixou marcas indelévels.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital do Senhor EDGAR ANTUNES DA SILVA.

Tal passamento vem consternar a nossa sociedade face aos dotes morais do extinto.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor FARILHO BATISTA DA SILVA, ocorrido no dia 06 de fevereiro em Califórnia - PR.

O extinto era Vereador naquele município, tendo o seu falecimento causado enorme consternação àquela municipalidade.

REQUER ainda, seja dada ciência desta decisão à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o sobreano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ALÔ TICOULAT GUIMARÃES, ex-Senador, ex-Deputado Federal, ex-Prefeito de Curitiba, pai do Senhor LUIZ CLÁUDIO GUIMARÃES, Presidente da ABUPAR.

Solicitamos ainda, seja enviado expediente à família, no endereço de seu filho acima citado, na Rua Vicente Machado,

2511, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Doutor Alô Ticoulat Guimarães, ocorrido dia 04 de março de 1985.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa Legislativa, seja dado conhecimento à família enlutada, à Alameda Dr. Muricy, 819 - 9º andar, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Alô Ticoulat Guimarães, nascido em Curitiba, a 12 de dezembro de 1903, filho de tradicional família paranaense, formado médico pela turma de 1927 da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, da mesma faculdade tendo sido professor catedrático da cadeira de Clínica Psiquiátrica de 1936 a 1973 quando foi aposentado compulsoriamente aos 70 anos de idade. Grande parte de suas vida foi dedicada à política e à sociedade.

No campo social, deixa representativa folha de serviços prestados: Professor emérito de nossa tradicional Universidade Federal do Paraná; diretor e um dos fundadores do Hospital Nossa Senhora da Luz, também, do Hospital Bom Retiro, foi, por quatro vezes, Presidente do Jockey Club Paranaense, e, seu conselheiro Consultivo e Fiscal por várias gestões; na área do turfê, em 1942 fundou o Haras Paraná, sendo o iniciador da criação de cavalos puro sangue inglês em nosso Estado; dirigiu o Clube Curitibano; exerceu medicina durante 56 anos; teve publicadas várias obras.

No campo político, destacou-se como Presidente do Partido Social Democrático; no Governo do interventor Manoel Ribas foi nomeado Prefeito de Curitiba; no Governo Moysés Lupion exerceu as funções de Secretário de Estado do Interior e Justiça e da Saúde; por dois mandatos, foi Deputado Federal, terminando sua carreira política como Senador da República.

Aos 81 anos de idade, vida exemplar de pai, de homem público, de paranaense ilustre cativo de tudo ligado ao Estado do Paraná, Alô Guimarães falece deixando seus exemplos, suas obras, suas ações como paradigma a dignificar a história do nosso Estado, e com certeza, por isso, levar para sempre a nossa profunda gratidão. Deixa os filhos Luiz Claudio Surugi Guimarães e Ilka Guimarães Paolim e viúva a senhora Nazira Surugi Guimarães.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do SENHOR DÉCIO CANABRAVA haja vista, ter sido o mesmo pioneiro no Município de Paraíso do Norte e ter contribuído sobremaneira para o progresso do referido município.

Solicitamos ainda, seja enviado expediente à família do falecido, através da Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado voto de congratulação ao Prefeito de Cambé, Luiz Carlos Haully, pela sua eleição à Presidência da Associação dos Municípios do Médio Paranaense - AMEPAR.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações ao Senhor OSVALDO NASCIMENTO JUNIOR, pela sua eleição como Presidente do CLUBE DE DIRETORES LOJISTAS DE CURITIBA.

Requeiro, outrossim, que os votos sejam extensivos aos demais membros da Diretoria.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao jornal "Tribuna da Região", com sede na Municipalidade de Goio-Erê, com consequente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor José Ary Valdo de Souza, Diretor daquele conceituado semanário.

Não poderia deixar de registrar nos Anais deste Poder Legislativo, a importância incontestável para os meios de informação da região de Goio-Erê do Jornal "Tribuna da Região", que, no mês de fevereiro, mais precisamente no dia treze, completou três anos de sua fundação.

São inúmeros e até mesmo incontáveis os grandes e históricos exemplos que a imprensa, como a própria existência do jornalismo registra, tem dado à Nação.

Mas, em Goio-Erê, sua comunidade parece ter testemunhado durante estes três anos, que a Tribuna tem se pautado por um comportamento profundamente voltado para informar de acordo com a intensidade e realidade dos fatos.

Mas não é somente esta postura que tem caracterizado aquele vigoroso jornal. A comunidade de Goio-Erê bem como de toda a sua região, sempre instrumentalizou a Tribuna como um veículo em defesa dos seus verdadeiros e legítimos interesses, do progresso, da cultura, da ciência, do esporte, a educação, a justiça, o lazer, enfim, o desenvolvimento de um modo em geral.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não seria justo com a "Tribuna da Região", com o povo de Goio-Erê e municípios circunvizinhos, se não solicitasse a consagração, na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de que, naquela cidade, se faz, sem dúvida alguma, um dos melhores jornalismo, cuja informação tem inclusive, em particular, me possibilitado conhecer melhor o que acontece na vida de diversas cidades, onde tenho colhido muitos subsídios para o melhor desenvolvimento de nosso trabalho através deste parlamento, assim como naquele mesmo veículo, temos tido a honrosa e feliz oportunidade de poder ver inserida em suas bem trabalhadas páginas a nossa postura política de um modo geral, e, em especial, o que diz respeito diretamente a região.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração em ata da presente sessão, de "voto de congratulações" e cumprimentos às pessoas do Senhor Prefeito Municipal de Telêmaco Borba, Tranqueline Guimarães Viana e Senhor Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Professor Ewaldo Podolani, pela iniciação dos cursos de nível superior na cidade de Telêmaco Borba, sob a forma de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa, trabalho de muitos anos e da maior significância, que culminou no presente com o funcionamento dos cursos de Letras e Estudos Sociais, antiga aspiração da juventude estudiosa daquele município.

REQUER, ainda, que desta decisão, seja dado ciência às autoridades mencionadas.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Presidente da República eleito, Doutor Tancredo Neves, telex apoiando a indicação do Senhor Osvaldo Macedo para a Presidência do IBC, sugerida também pelo Excelentíssimo Senhor Governador José Richa.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, Doutor Fernando Eugênio Ghignone, solicitando que o mesmo questione, através dos órgãos competentes, junto ao Município de Morretes, no sentido do tombamento como monumento histórico da Igreja de São Benedito, localizada naquela cidade de nosso litoral.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de moção de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para com a legítima aspiração do funcionalismo estadual no sentido de que o seu reajuste salarial a ser efetuado em março, o seja na base da integralidade do INPC.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

Apoio: Fiori Luiz e Homero Oguido.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica pela constatação de que a perda salarial efetiva do funcionalismo estadual, no período de setembro de 1984 a março de 1985 foi de cerca de 96% que nem mesmo a aplicação de 100% do INPC - que é 81,8% - reporá integralmente.

O sistema atual de reajuste significa arrocho salarial, por excelência uma proposta do regime que ora se finda em nosso País - e é política e moralmente indefensável.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Doutor DENI LINEU SCHUARTZ, DD. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que Sua Excelência se digne determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem que, através do DSTC, seja estudada a possibilidade de ser aumentado o número de ônibus que atende as

linhas PALOMA e PORTEIRA no Município de Colombo, bem como, sejam colocados ônibus para atenderem as referidas linhas nos sábados, domingos e feriados de conformidade com abaixo assinado anexo.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido do reequipamento da Delegacia de Polícia, localizada na Municipalidade de Juranda.

O Ilustríssimo Senhor Delegado de Polícia da divisão existente em Juranda, Mário Gonçalves tem reiterada vezes manifestado sua preocupação com relação as condições da operação e funcionamento daquele organismo.

Há a real necessidade de reequipar a Delegacia, destinando mais armamentos e munição. Além do mais, não existe também uma máquina de datilografia, o que só tem dificultado os trabalhos burocráticos.

Neste sentido, faz-se necessário a adoção de medidas que possam vir de encontro à concretização do que ora é pretendido, o que, por certo, contribuirá significativamente para a melhoria das condições de segurança em Juranda.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a realização de estudos visando avaliar as reais possibilidades de se determinar o asfaltamento do trecho compreendido entre o acesso da BR 272 até a Coagel-Cooperativa Agropecuária Goio-Erê Limitada, interligando a BR 468, na Municipalidade de Janiópolis.

O presente requerimento fundamenta-se em iniciativa do Excelentíssimo Senhor Neurides Valber Brero, Prefeito Municipal de Janiópolis. Tal reivindicação vem de encontro com o pensamento de praticamente toda a classe produtora da região daquele progressista município que quer ver pavimentada o citado trecho de estrada. Pois justamente naquela estrada se encontram diversas propriedades rurais, que têm anualmente proporcionado expressiva produ-

ção, sendo imprescindível para o desenvolvimento do município da região e do Estado, especialmente.

Ademais, a pavimentação terá como objetivo, o de ligar o acesso da BR 272 até o entreposto da Coagel, onde é concentrada o resultado da produção de grãos provenientes das áreas agrícolas dos seus proprietários, que são cooperados. Aliás, a preocupação ainda com relação a pavimentação do citado trecho, é também do Presidente daquela associação cooperativista, Ilustríssimo Senhor Doutor Ignácio Mammana Netto.

De acordo com a exposição de motivos, espera-se dessa Secretaria de Estado dos Transportes a atenção necessária da presente postulação, beneficiando enormemente toda uma região.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas constitucionais e na forma regimental, REQUER de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, solicitando a instauração de estudos até o projeto final e execução, da construção de uma estrada de ligação vicinal das populações dos municípios de Catanduvas e Quedas do Iguaçu, num percurso de aproximadamente 46 Km, com uma ponte de 35m de vão sobre o Rio Guarani.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

1 - Aqueles dois municípios constituem um importante núcleo de produção rural do Estado, daí saindo para a economia do Estado, uma das mais variadas gamas de produtos de alimentação, proveniente do sistema minifundiários dos mesmos. Todavia, estão sendo tratados como uma espécie de bolsão secundário, servidos apenas por uma estrada que, embora asfaltada, é onerosa ao transporte, por aumentar o percurso de ligação entre as duas sedes municipais, em aproximadamente 100 Km, sobrecarregando os agricultores que dessas sedes se suprem tanto para produzir quanto para escoarem suas produções.

2 - Os municípios necessitados dessa obra não têm condições orçamentárias para bancá-la, pois é bem conhecida do Governo do Estado, a situação de carência orçamentária dos municípios, ocasionada pelo mau sistema de distribuição orçamentária da União, adotado pelo regime destes últimos 20 anos de República.

3 - Por outro lado, essa obra é de re-

torno garantido pelo volume de produção e de riquezas que ela escoara, dignificando, pois, a administração do Governo, se empreendida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas constitucionais e na forma regimental, REQUER de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, solicitando a incorporação pelo Estado, da estrada municipal que liga Catanduvas ao Distrito de Ibiracema, a qual pertence neste momento, à malha rodoviária daquele município, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Catanduvas, e tem um percurso de 35 Km em leito de chão.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

1 - A extensão, 35 Km, já justifica a necessidade de uma estrada ser incorporada pelo Estado, pois não há, na atual conjuntura fiscal do país, nenhum município do porte de Catanduvas, com orçamento suficiente para manter uma estrada de tamanho percurso, em zona rural de minifúndio, e intenso tráfego de maquinaria agrícola, carroças e animais, conseqüente do condensamento populacional e respectivo volume de produção que o minifúndio gera.

2 - Nem pode ser abandonada ou mal atendida, por que assim, não estaria o Poder Público amparando o esforço privado da população trabalhadora, pois essa estrada escoar os suprimentos aos equipamentos de produção, bem como o produto resultante do empenho dos agricultores.

3 - E, por ser uma estrada já aberta, não acarretaria gastos, mas sim um investimento seguro de produção agrícola que, se bancada pelo Governo do Estado, só fará dignificar a sua administração, com os retornos certos dados pelo volume de riquezas que a estrada escoará à produção e à economia do Estado. Pois seriam investimentos de conservação da rodovia, plenamente dentro das condições de suprimento do Governo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da ligação da cidade de Nova Aliança do Ivaí ao entroncamento de ALTO MINEIRO na PR-559 (Paraíso do Norte à Mi-

rador).

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação do trecho requerido, em anexo é uma justa reivindicação de toda comunidade de Nova Aliança do Ivaí e região, haja vista, que integrará este Município com a Região de Mirador, Amaporã, além de facilitar no escoamento da produção agrícola de toda região, no tráfego do transporte coletivo e no progresso geral, tão esperado por todos que ali residem e trabalham.

Trata-se na realidade de um trecho de aproximadamente 12 (doze) quilômetros de extensão que contribuirá sobremaneira para o progresso e bem estar de toda região, grande produtora de cana-de-açúcar, cujas usinas encontram-se instaladas na região de Paraíso do Norte, por isto, torna-se imprescindível o asfaltamento do referido trecho, que agilizará o escoamento da safra e economizará combustível para o país.

Esclarecemos ainda, que além dos canavieiros, a região é predominantemente povoada por pequenos produtores que não conseguem escoar sua produção.

Baseados nos dados aqui expostos e na ansiedade de toda comunidade, é que esperamos ver o referido trecho concluído ainda na gestão do Governador José Richa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que sejam efetivados imediatamente os 114 candidatos aprovados em concurso realizado em 12 de maio de 1984 para escrivão de polícia e os 370 para agentes de segurança e que concluíram o curso da Escola de Polícia em 20 de dezembro daquele ano, bem como encarece que tal solicitação seja encaminhada com a assinatura de apoio dos membros das duas bancadas com assento nesta Casa.

Sala das Sessões, em 06.03..85.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Apoiamento: Edgard Pimentel.

JUSTIFICATIVA:

Em 1983, o Governo do Estado abriu concurso para a admissão de escrivães de polícia e agentes de segurança. Dos inscritos, 114 foram aprovados para a carreira de escrivão e 370 para a de agente de segurança, os quais cursaram a Escola de Polícia de 21 de agosto a 20 de dezembro de 1984. Durante esse período tiveram que deixar seus empregos para se dedicarem inteiramente ao curso, contando para isso

tão somente com uma reduzida bolsa de estudos.

Desde a aprovação até hoje já se vão quase dez meses de expectativas, aumentada após a conclusão do curso em dezembro e pela indefinição por parte do Governo do Estado quando à data da efetivação nas carreiras da área da Segurança Pública. A alegação é a falta de provisão orçamentária para atender ao acréscimo de despesas, o que é inconcebível, uma vez que o Estado promoveu o concurso em face da necessidade de pessoal para atuar nessa área e que o concurso foi realizado ainda no primeiro semestre do ano passado, com tempo suficiente, portanto para que fossem alocados os recursos necessários para atendimento dessas despesas. Os quase quinhentos aprovados estão à mercê de uma decisão do Governo, já que pela expectativa de uma solução não podem buscar um emprego tampão, gerando com isso intranquilidade para suas famílias e para a população paranaense pelo retardamento no aperfeiçoamento dos serviços de Segurança do Estado.

Como se trata de um interesse maior da coletividade, julgamos oportuno que este apelo ao Senhor Governador do Estado seja subscrito por todos os Senhores Deputados com assento nesta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, sugerindo o CONGELAMENTO DAS ANUIDADES NAS UNIVERSIDADES DE LONDRINA, MARINGÁ E PONTA GROSSA.

Tal solicitação se fundamenta na necessidade de evitar a evasão de alunos, em função dos altos custos das mensalidades.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, sugerindo precauções quanto ao desenvolvimento da Polícia Militar nas eleições para o Sindicato dos Bancários de Londrina a realizar-se nos dias 26, 27 e 28 de março.

Sala das Sessões, em 06.03.85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, justifica-se pelo fato de que em eleições anteriores nas urnas foram guardadas no quartel, fato que levantou suspeitas de fraude.

Para se evitar esta situação desagra-

dável, e ao mesmo tempo não pairar dúvidas sobre a legitimidade da Diretoria a ser eleita. Sugerimos que precauções sejam tomadas pelo Comando do 9.º BPM de Londrina, no sentido de que o policiamento se dê de forma a não comprometer a Polícia Militar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, solicitando a implantação de sinalização horizontal e vertical na Rodovia do Café, especialmente no trecho Imbaú-Apucarana.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um trecho de intenso movimento, situado em uma região montanhosa, representando perigo para os motoristas que por lá transitam. A instalação de sinalização horizontal e vertical sem dúvida trará mais segurança, fazendo assim com que os riscos de acidentes diminuam sensivelmente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, CLAUD MAGNO GERMER, solicitando gestões junto à CAFE do Paraná, visando a criação de um Posto dessa empresa em Marilândia do Sul.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A proposição para a criação de um POSTO da CAFE do Paraná em Marilândia do Sul, visa, principalmente, os benefícios que as pequenas e médias propriedades rurais daquela região poderão usufruir, incrementando, com essa assistência, o fomento agrícola.

Marilândia do Sul caracteriza-se pelo expressivo número de pequenas propriedades rurais e, conseqüentemente, tem a sua economia baseada na agricultura. A criação de um Posto da CAFE do Paraná, virá somar-se a esforços da própria comunidade, além de atender a uma reivindicação daqueles que labutam no setor rural.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR- Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, visando a liberação de 150 carteiras para a Escola Gastão de Abreu Pires- Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Iretama.

O presente requerimento se faz necessário tendo em vista o elevado número de matrículas verificado neste início de ano letivo. Tal condição acabou por apontar pela insuficiência de carteiras.

Ademais, além de reivindicar maior número de carteiras a comunidade educacional daquele conceituado estabelecimento de ensino tem reclamado do atual estado em que se encontram os móveis existentes.

Neste sentido, espera-se dessa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação, o encaminhamento de medidas que resultem no menor espaço de tempo possível, na resolução dos problemas ora relatados.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da SUREHMA- Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido de que seja realizada maior fiscalização quanto aos mananciais hídricos existentes dentro dos limites territoriais concernentes à Municipalidade de Engenheiro Beltrão.

A preocupação, da qual motivou a apresentação deste requerimento, tem sido manifestada pelo Excelentíssimo Senhor Vereador de Engenheiro Beltrão, João Ribeiro de Macedo, que tem recebido inúmeras reclamações quanto à situação dos mananciais hídricos existentes em toda a região. Segundo aquele integrante do Poder Legislativo, muitos são os rios que vêm apresentando até mesmo grau de poluição elevado, pondo em risco os seres vivos (inclusive os homens) com a vegetação encontrada.

Neste sentido, espera-se maior rigor na fiscalização, assim como o desenvolvimento de trabalhos no sentido de conscientizar o conjunto da população quanto a necessidade de preservar e conservar tanto a fauna como a flora.

Que essa Secretaria de Estado do Interior em conjunto com essa Superintendência, avaliem o que ora é exposto, dando o necessário encaminhamento.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da EMATER- Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Acarpa), através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, visando o desenvolvimento de estudos objetivando avaliar as reais possibilidades de se implantar um escritório na localidade de Lageado, pertencente à Municipalidade de Mamborê.

A localidade de Lageado, contém um número dos mais expressivos de proprietários rurais, cuja produção de suas áreas agrícolas tem sido o esteio do próprio processo desenvolvimentista daquela rica e vasta região. Neste sentido, com o crescimento verificado nos últimos anos em Lageado, torna-se imperioso dotar aquela localidade de estrutura compatíveis com seu próprio grau de crescimento, assim como as perspectivas futuras.

De modo especial, por ser a agricultura a base do seu desenvolvimento, em Lageado, através do Excelentíssimo Senhor Hilário Schoroeder, integrante do Poder Legislativo de Mamborê, está solicitando dessa empresa, que, juntamente com a Secretaria de Estado da Agricultura, estude as possibilidades de se criar e instalar um escritório de assistência, o que, sem dúvida alguma, permitirá que a classe produtora tenha uma verdadeira assistência, através de uma orientação segura por parte dos técnicos do setor.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, solicitando que a data de pagamento da contribuição anual do FUNRURAL seja fixada para o último dia útil de junho e não mais no último dia útil de março, como vem sendo até agora.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1985.

O Deputado Estadual, autor do presente requerimento, esteve reunido com as principais lideranças da comunidade, Vereadores, membros da Executiva local do PMDB, responsáveis por órgãos estaduais existentes e o povo de um modo geral, para discutir em torno dos seus trabalhos apresentados durante o período legislativo de 1984; bem como ouvir por parte dos presentes suas reivindicações em torno dos diversos problemas vivenciados.

Nesta mesma oportunidade, entre inúmeras questões levantadas, o que gerou grande protesto e até mesmo certa indignação e inconformismo, foram sem dúvida, os problemas relacionados com três escolas; Escola Castelo Branco, Colégio Estadual Santo Inácio de Loyola e Escola Estadual Olavo Bilac. Pois o estado de cada uma das escolas é simplesmente deprimente.

São inúmeros os problemas, tais como vidros quebrados, portas sem fechaduras ou danificadas, piso com rachaduras, quadros negros em estado precário, sistema de esgoto deficitário, instalação elétrica bastante desgastada pelo tempo de uso, banheiros e demais instalações que não oferecem um mínimo de segurança e higiene.

Diante da insustentável como inadmissível situação, torna-se imprescindível que essa Secretaria, juntamente com a EMOPAR, determinem, imediatamente, a adoção de medidas que possam pôr fim na dramática situação atualmente vivida pela população, notadamente pelo conjunto do estudantado, pais destes, professores, diretores das escolas, respectivamente, da Inspeção Estadual de Ensino.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 04/85

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica denominado de "RODOVIA PEDRO BAGGIO", a atual Rodovia PR 525, que liga o Município de São Sebastião da Amoreira a BR 369.

Art.2.º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1985.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Nova América da Colina, 19 de Janeiro de 1985.
Of.n.º 07/85.

Exmo. Sr.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Não se pretende, com essa alteração de datas, a dilatação do prazo de pagamento da contribuição anual para o FUNRURAL, mas sim o estabelecimento definitivo dessa data, como forma de melhor atender aos interesses dos agricultores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Superintendente da EMOPAR-Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido de que seja autorizada a realização de reparos na quadra de esportes existentes na Escola Estadual Dom Bosco- Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Mariluz.

Segundo a Vice-Diretoria daquele conceituado estabelecimento de ensino, Ilustríssima Senhora Edna Alvarenga, a reivindicação da quadra de esportes já há muito que é solicitada junto a essa EMOPAR, que, por sua vez, segundo aquela mesma pessoa, não procurou solucionar tal problema.

Fora de qualquer dúvida que a recuperação da quadra da Escola é de fundamental importância. Pois sem que a mesma esteja em condições ideais, torna-se impossível desenvolver a prática da educação física para os alunos.

É, portanto, imprescindível o necessário apoio dessa AMOPAR e Secretaria de Estado da Administração para o encaminhamento de medidas que venham de encontro ao que ora é preconizado por aquela direção escolar.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Superintendente da EMOPAR-Empresa Brasileira de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo a imediata realização de reformas gerais, em caráter emergencial, em diversas escolas, abaixo discriminadas, localizadas na Municipalidade de Fênix.

DR. JOSÉ RICHIA
DD. Governador do Estado do Paraná
Palácio Iguazu
CURITIBA-PR.

Prezado Senhor Governador:-

REF: Nome de Pedro Baggio a ser dado a Rodovia PR 525, que liga esta cidade de São Sebastião de Amoreira e fazendo conexão com a BR 369 no Município de Cornélio Procopio, próximo ao Rio Congonhas.

Tendo em vista os relevantes serviços prestados pelo falecido Senhor Pedro Baggio, pioneiro desta região, pai dos agro-pecuaristas Wilson Baggio e José Edson Baggio, que continuam trabalhando em diversos municípios da região, e acrescido mais, de que Pedro Baggio foi além de pioneiro, grande proprietário rural em nosso Município, onde sempre ofertou abundante mão-de-obra na área rural, sendo um dos fundadores da Destilaria Americana Ltda., indústria que igualmente oferece muito serviço na região.

Este município, através de seu Prefeito e Vereador, desejando prestar-lhe uma justa homenagem postuma, vem solicitar de Vossa Excelência que por obséquio, conceda o nome de Pedro Baggio a Rodovia PR 525, acima epigrafada.

Para tal, estamos aqui as ordens para outros esclarecimentos que se fizerem necessários sobre a matéria, que esperamos confiante, tenha a melhor das acolhidas por parte de Vossa Excelência, como teve por parte do povo desta região.

Sem outros motivos,

Atenciosamente subscrevemo-nos

(a) ELPIDIO BEZERRA DE MELO
Prefeito Municipal de
Nova América da Colina-Pr.

BREVE RELATO BIOGRÁFICO DE
PEDRO BAGGIO

P E D R O B A G G I O, nascido em Pirassununga- S.P., em 19 de março de 1903, filho de Salvador Baggio e Celestina Breda Baggio, imigrantes italianos, iniciou seu trabalho de agricultor nesta cidade, em uma pequena área de terra de propriedade de seus pais, denominado "Sitio Boa Esperança", onde se cultivava café, além de cereais e pequena criação de gado e outros animais.

Nesta cidade, cursou o primário, na época, o único existente na região.

Em 1924, mudou-se para Araras-Sp., na Fazenda das Palmeiras, de propriedade da

família até hoje, tendo se casado com Deolinda Biazolo Baggio, na cidade de Pirassununga.

Em 1929, devido a grande recessão mundial, veio pela primeira vez ao Paraná, vender uma gleba de terra ao seu amigo e também falecido Cristiano Landgraf, na região hoje denominada "Bairro do Paiolão".

Nesta ocasião, Cornélio Procopio não existia e a estrada de ferro estava parada em Cambará.

Viajando de automóvel por um picadão interligado de pequenas aberturas no meio da densa mata existente na região, chegou até o local onde trabalhadores iniciavam a difícil tarefa de abrir o espaço onde surgiria mais tarde, a cidade de Cornélio Procopio e, animados comentaram, o que muito o marcou: "Aqui será uma cidade muito bonita".

Desse ponto, seguiu viagem rumo ao sul, sempre por um "picadão" mata a dentro, para localizar a propriedade que viria a vender ao seu companheiro acima relatado, exatamente no espigão divisor entre as águas do Rio Laranjinha e do Rio Congonhas, na direção da futura cidade de Tulas que posteriormente passou a chamar "Nova Fátima".

Ali chegando, e tendo conseguido localizar a gleba de terra, embrenharam-se na mata, procurando as nascentes d'água que distavam vários quilômetros e, após um dia de caminhada tendo as encontrado, voltaram realizando o negócio naquele mesmo local.

A grande recessão mundial de 1929, obrigou-o a vender a citada gleba, uma área de 100 alqueires, por 100 contos de réis, mas, Pedro Baggio jurou a si mesmo que tão logo se recuperasse financeiramente, voltaria a esta região para adquirir terras e plantar café.

Havia ficado altamente impressionado com a exuberância das terras, o porte imenso das Perobas, dos Cedros, das Figueiras Branca, dos Cebolões, do imenso palmital e da limpeza da mata, tão alta, que impedindo a entrada da luz solar, impedia também o crescimento dos arbustos e plantas de menor porte, fazendo da imensa floresta um jardim tão belo, como poucos poderão ser vistos.

Dizia Pedro Baggio, que "Deus havia feito esta terra e perdido a receita". Nada tinha visto, que se comparasse a exuberância deste solo.

Foi nesta ocasião que assistiu a queimada, como primeira clareira desta região ao sul, que era a fazenda Atomya, tendo até mesmo aguardado horas para passar no "picadão", devido a fumaça da queimada.

Em 1934, sempre devido aos efeitos da forte recessão mundial, mesmo sendo co-proprietário da Fazenda das Palmeiras - Araras- SP., mudou-se como gerente de uma

fazenda em Cafelândia, região Noroeste do Estado de São Paulo, onde se desenvolvia nova frente de colonização e abertura.

A VOLTA E O CUMPRIMENTO DA PROMESSA

Em 1939, dez anos mais tarde, época em que o mundo se ressentia da crise de 1929, e iniciava a 2.^a Grande Guerra, a qual se estenderia até 1945, período muito difícil onde o racionamento de petróleo, trigo e a escassez de demais produtos refletia diretamente sobre as condições de vida de toda a população brasileira, especialmente aos lavradores e, ainda em especial aos que se encontravam na abertura de novas regiões.

Não obstante todas estas dificuldades, voltou a esta região para satisfazer o seu desejo de cumprir sua promessa, comprando 100 alqueires de terra, vários quilômetros além da que anteriormente havia vendido, e, onde futuramente seria o "Bairro de Paiolão", dando a denominação de "Fazenda São Pedro", que até hoje permanece como propriedade da família, onde iniciou a plantação de café.

Em face desta aquisição, em 1942, e, para melhor poder atender a abertura de sua fazenda, aceitou a gerência das fazendas de propriedade do suíço Max Wirth, transferindo residência de Cafelândia-SP., para a cidade de Santa Mariana-PR.

A abertura de sua fazenda, bem como, das que gerenciou, foi feita em condições difíceis, sem nenhum financiamento, pois nem banco existia na região, e, tendo como meio de locomoção o cavalo, do qual foi exímio cavaleiro, e eventualmente o automóvel movido a gasogênio. Além disso, as condições climáticas não o favoreceram, pois neste mesmo ano de 1942, seu cafezal ficou seriamente danificado por uma forte geada. Foi a primeira geada que Pedro Baggio tomou no Paraná, repetida em 1943.

Em 1949, fixou residência definitiva em Cornélio Procopio, adquirindo após muitos anos de luta, mais algumas propriedades agrícolas, nesta mesma região, sempre com o objetivo primordial de plantar café, bem como cereais e pasto.

De seu casamento, nasceram dois filhos: Wilson Baggio em 1925 e José Edson Baggio em 1946, ou seja 21 anos após, os quais sempre trabalharam ao seu lado nas lides agrícolas.

Em Cornélio Procopio, participou da maioria dos empreendimentos, pois a cidade apenas havia nascido, e com ela, Igrejas, Clubes, Asilos, Casa de Misericórdia, Tiro de Guerra, Cooperativa de Cafeicultores, Seminário Diocesano, Bispado, Creches, Escolas, Faculdade e etc., aos quais sempre emprestou a sua colaboração.

O campo em que mais se destacou foi o

da Agricultura, especialmente a cafeicultura, embora tenha se dedicado também a outras culturas e a pecuária.

Foi um homem que não se dedicou a política partidária, embora tenha colaborado com ela, preferiu sempre a política classista, em defesa dos agricultores.

Dizia sempre que o povo deve esperar pouco do Governo, porque este tem muitos afazeres e muitos a quem atender, e o mais certo é cada colaborador produzir e economizar, ao invés de esperar soluções para os casos particulares de cada um.

Viveu modestamente, sem ostentação, colaborando na medida do possível com o Governo, o povo, a classe dos agricultores, os pobres e a população em geral.

O trabalho contínuo, incessante, em caráter permanente sempre foi o seu lema, herdado de seus pais e avós.

Mesmo nas adversidades, de qualquer espécie, sempre lutou e não parou de trabalhar, propiciando desta forma, mais frentes de trabalho para muitos e produção de que tanto a Pátria necessita.

Assim foi que instalou no Município de São Sebastião de Amoreira, uma grande propriedade rural onde plantou café, soja, trigo, algodão, desenvolvendo a pecuária e mais recentemente cana-de-açúcar.

Foi um dos fundadores da Destilaria Americana Ltda., no Município de Nova América da Colina, para produção de álcool, expandindo o plantio de cana pela região e dando abundante mão-de-obra, principalmente ao homem do campo.

Acompanhou, ajudou e colaborou de todas as formas, na construção da Rodovia hoje denominada PR-525, que liga São Sebastião da Amoreira - Nova América da Colina, em Cornélio Procopio, e interligando com as demais rodovias paranaenses.

De pouca escolaridade, tinha entretanto, o mesmo pensamento dos grandes Mestres e Economistas: Trabalho organizado em caráter permanente; aperfeiçoamento contínuo nos métodos; tecnologia renovada; atendimento aos trabalhadores, propiciando-lhes instrução e sobre-tudo escolaridade profissionalizante; resguardo a saúde e higiene; formação moral, cívica e religiosa; respeito à ordem e às autoridades constituídas; incentivo à produção e sobre tudo Economia e Poupança.

A trilha que palmilhou no longínquo 1929 até as terras primeiras que vendeu, transformou-se aos poucos em uma rodovia municipal, cheia de curvas, pois, seguia o espigão divisor de águas Rio Laranjinha - Rio Congonhas, a princípio de terra batida, posteriormente revestida só as subidas, mais tarde, revestida no seu todo, e hoje é a Rodovia asfaltada PR-160 que liga Cornélio Procopio a Nova Fátima, Congonhas e interligando com toda a malha rodo-

viária paranaense.

Morreu em 13 de agosto de 1982, aos 79 anos de idade em plena atividade.

Por certo a morte o colheu de surpresa.

Foi um pioneiro destemido por certo. Cornélio Procópio, 19 de janeiro de 1985.

PROJETO DE LEI N.º 05/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ANTONIO E MARCOS CAVANIS, no Município de Castro-Pr.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, com sede e foro no Município de Castro, está devidamente registrada sob o n.º 80 do Livro 1-A, folha 85, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Sede da Comarca de Castro-Pr.

Fundada em 19 de março de 1969, tem como finalidade promover o desenvolvimento cultural, social e religioso da comunidade em geral, dando prioridade aos jovens e aos carentes de recursos financeiros; acolher e dar assistência e formação religiosa e profissional às pessoas do sexo masculino que desejam uma vida consagrada a Deus e ao próximo.

Sem fins lucrativos, a referida Associação tem arrolado como membros participantes nos trabalhos assistenciais: Internato Santa Cruz- Castro; Casa São Judas Tadeu- Castro; Jardim de Infância "Ninho Sorriso" 1.º e "Ninho Sorriso" 2.º; Oásis- Centro de Pastoral Universitária- Ponta Grossa; Centro Social Nossa Senhora de Fátima- Ponta Grossa; Internato Antonio e Marcos Cavanis - Ponta Grossa; Casa São Sebastião- Ortigueira; Casa Sagrado Coração de Jesus- Pérola do Oeste; Casa Cristo Rei- Realeza; e Internato Nossa Senhora Aparecida- Realeza.

A ASSOCIAÇÃO ANTONIO E MARCOS CAVANIS vem realizando um grande e valioso serviço assistencial, visando tão somente a melhoria e o desenvolvimento comunitário naquela região.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, solicitando e aguardando seu apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 06/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública a "UMBANDA ALFHA OMEGA DO PARANÁ-CONFEDERAÇÃO".

Art. 2.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1985.

(a) ACIR MEZZADRI.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, inscrito.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Se, no Paraná de hoje, é possível sentir e viver as mudanças de um governo democrático, diferente não é a situação em minha cidade, onde uma administração municipal, compromissada com mudanças, está a promovê-las e de maneira a contar com o apoio e a participação do povo, como acontece a nível de Estado.

O Governador José Richa, todos sabemos, é um homem prático e objetivo, que não esconde a constante preocupação com a melhoria da qualidade de vida da população paranaense, daí na sua programação de governo, não serem vistas, nem anunciadas, obras suntuosas e faraônicas, que não cumprem, via de regra, uma missão social, que deve ser inerente a toda a iniciativa de um homem público, comprometido, e isto é, importante com os anseios de seu povo, de sua gente.

Da mesma forma, Senhores Deputados, a minha cidade de Ponta Grossa vem tendo, na figura ímpar do Prefeito Otto Cunha, a mesma filosofia de trabalho, implantada e conhecida hoje em todo o Paraná. Lá, não mais se busca a construção de obras imponentes, em que a preocupação maior sempre foi a inauguração da placa de bronze. Hoje, na Princesa dos Campos, a administração municipal se volta para o problema do dia-a-dia da população, tendo por exemplo, sido suprida, na rede municipal de ensino, uma inexplicável e inaceitável longa lista de material escolar, que impunha sacrifícios aos pais de alunos, nem sempre em condições de arcar com o ônus de tal exigência. Aos que podem, a Prefeitura Municipal pede, hoje, o indispensável; aos que não podem, a Prefeitura se encarrega da distribuição de todo o material escolar, porque, na Democracia Participativa do Prefeito Otto Cunha, o ensino é um direito de todos e não um privilégio dos que podem

mais.

A data da posse, a administração municipal encontrou a folha de pagamento dos servidores municipais com um atraso de 45 dias, consequência de um pesado endividamento do município que comprometeu a cidade e sacrificou o seu povo. Seriamente preocupado em definir um rumo para o ajustamento das finanças municipais, o Prefeito Otto Cunha, ao mesmo tempo que assim agia, deixando claro que, nessa área, a sua prioridade maior era restabelecer a pontualidade da folha de pagamento dos servidores municipais, por não ser justo, nem humano, que se impusesse um sacrifício dessa ordem ao funcionalismo da Prefeitura, humilhado em não poder honrar compromissos pessoais e familiares, porque o seu patrão, o município, não se preocupava em pagar, em dia, o seu salário.

Não foi sem dificuldade que a Administração Otto Cunha venceu os obstáculos e, no mês de julho do ano passado, os servidores voltaram a sorrir, com a certeza de que, embora o patrão fosse o mesmo, o município, o gerente era outro, com uma filosofia mais humana e cristã, segundo a qual o desenvolvimento não pode implicar no sacrifício social.

Da frota de veículos, caminhões e tratores da Prefeitura, o novo governo se empenhou na recuperação de boa parte, utilizando mão de obra própria. Mais fácil e mais bonito seria endividar mais ainda o município, adquirindo automóveis, caminhões e tratores nas lojas de seus respectivos revendedores. Porém, o senso da responsabilidade pela aplicação correta do dinheiro público, fez com que a administração municipal se valesse dos meios ao seu alcance para tornar útil o que já havia sido destinado à sucata. Hoje, a Prefeitura já está com 90 por cento de sua frota recuperada. E, mesmo assim, foi possível estabelecer um comparativo desses dois primeiros anos de governo, com os dois últimos do período passado, quanto ao consumo de combustível. Os números não mentem; servem para evidenciar o que chamamos de mudança.

Foi assim, que a Prefeitura Municipal consumiu, então, nos anos de 1981 e 1982, 435 mil litros de gasolina e 955 de óleo diesel. Já, em 83 e 84, com a frota recuperada, o consumo foi de 315 mil litros de gasolina e 2 milhões e 429 mil de óleo diesel. Em outras palavras, num mesmo período de tempo, foi possível, com mais veículos, uma economia de 120 mil litros de gasolina, ao mesmo tempo em que se constata um aumento de 1 milhão e 474 mil litros de óleo diesel. Se considerarmos que o diesel é consumido por caminhões e tratores, fica evidente que o aumento verificado foi em benefício da população, ao

mesmo tempo em que a redução do consumo de gasolina, que é gasta pelos automóveis da Prefeitura, torna evidente uma moralização no uso do carro oficial.

Ao par do patrolamento de 3.780 quilômetros de ruas e estradas e o encascalhamento de 200 quilômetros, foi possível, ainda, à administração municipal a pavimentação de importantes vias públicas, como a Paula Xavier, inteiramente recuperada, Siqueira Campos, Almirante Barroso, João Cecy Filho, Bahia e Afonso Celso, além da pavimentação poliédrica da Rua Londrina e as obras de alargamento da Rua Balduino Taques e da Avenida Ernesto Vilela. Ao par disso, na recuperação de praças e reformas em cemitérios e escolas, foi possível, também, a implantação de mais de 10 mil metros de galerias pluviais, recuperando sensíveis pontos da área central da cidade, cujo desafio vinha sendo postergado pelos governos passados, exatamente por se tratar de uma obra que não leva placa de bronze, nem justifica o desatamento de fita para uma inauguração.

Em outros setores também, naturalmente, o governo do município imprimiu a sua marca de atuação austera e responsável, como a recuperação da usina de asfalto; a restauração da fábrica de artefatos de cimento; a recuperação do porto de areia; reforma do Aeroporto Santana e a construção de duas importantes pontes, em concreto armado, nas localidades de Guaragi e Bocaina.

Merece destaque, da mesma forma, o feito da Administração Otto Cunha em ter transformado Ponta Grossa no segundo maior centro de comercialização pecuária do País, com a promoção de feiras e arremates, que tem assegurado ao pecuarista de Ponta Grossa e dos Campos Gerais uma excelente oportunidade de compra e venda, com registros significativos de preços e participação de compradores e vendedores.

Senhores Deputados!

A oportunidade desse relato é em função da prestação de contas do Prefeito Otto Cunha, da minha cidade de Ponta Grossa, pelos seus dois anos de governo. Evidentemente, que os feitos arrolados não constituem nenhuma façanha, não tivessem eles sido realizados num período crítico das finanças do município, só tendo sido possível pela competência, seriedade e responsabilidade dos integrantes do governo municipal. Com dinheiro e crédito, a qualquer um é fácil governar e fazer coisas. Mais difícil é, sem dinheiro e crédito, governar e fazer coisas. Ao descrédito da Prefeitura, pelos desmandos do passado, se sobrepôs o crédito e conceito do Prefeito Otto Cunha, merecedor do apoio e da confiança da opinião pública, por meio do que foi possível o restabelecimento do crédito

da Prefeitura Municipal, que, decorridos dois anos, volta a ter dinheiro e crédito, pelo empenho e denodo de um homem com filosofia diferente de administração pública, voltado inteiramente aos problemas do povo e interessado, apenas, em governar para o povo.

O Novo Tempo, slogan da Administração Otto Cunha, é muito verdadeiro, por traduzir, de forma clara e objetiva, um espírito renovador, modificador mesmo da maneira de se gerir os recursos públicos.

Com o registro que faço, Senhores Deputados, rendo minhas homenagens ao povo de Ponta Grossa, pelo governo que vem tendo. Sofrido no passado, o povo de minha cidade volta a participar e acreditar na figura do Prefeito, não apenas como a maior do município, mas, principalmente, como um homem público comprovadamente correto e realizador."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Com a palavra o Sr.

Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Desde o seu aparecimento no Brasil, a imprensa ficou sob o jugo do governo e dos poderosos. Hipólito da Costa, em determinado período do Império, chegou a asilar-se em Londres, onde imprimia o primeiro jornal do país, o "Correio Brasiliense", tal a perseguição de que era vítima pelo que escrevia.

Com o passar do tempo e a evolução da imprensa, a situação não mudou muito. Durante a ditadura de Getúlio Vargas, a imprensa sofreu toda espécie de censura, ao mesmo tempo em que a versão que dava para os fatos era totalmente deturpada pelo DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda, encarregado de mistificar o então presidente.

Veio a revolução de 64 e os jornais tiveram de continuar na submissão da tesoura da censura e do boicote econômico, deixando de registrar a verdadeira face da história. A tortura, a resistência armada, as prisões deixaram de ser noticiadas.

Mais recentemente, com o início da redemocratização no Brasil, a situação alterou-se um pouco: os jornais já podiam publicar quase tudo, com o abrandamento da censura, mas continuavam sob o jugo do governo. Isso porque, para a impressão, as empresas jornalísticas necessitavam importar o papel. Assim, bastaria que o poderoso do momento se sentisse atingido por alguma publicação para criar todo tipo de empicilho burocrático à importação da matéria-prima.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desde ontem, a imprensa brasileira vive novos dias, pois o quatro de março de 1985 marcou a independência dos jornais e revistas. A inauguração, em solo paranaense, da PISA - Papel de Imprensa S/A, passou a fazer com que as empresas jornalísticas brasileiras passassem a contar, no mercado interno, com um papel igual aos melhores do mundo.

Situada em Jaguariaíva, a empresa já começa

produzindo 115 mil toneladas de papel/ano, que representa nada menos do que quarenta e cinco por cento do consumo nacional. Já, dentro de cerca de dois anos, a PISA atingirá a sua capacidade máxima de 136 mil toneladas/ano, transformando-se na maior indústria de papel de imprensa de toda a América Latina.

De propriedade de um grupo de jornais liderados pelo "O Estado de São Paulo" e "Jornal do Brasil", com papel fundamental no processo de redemocratização do país, e pela empresa florestal Plantar S/A, com a participação acionária de outras instituições, a PISA representa um investimento de 170 milhões de dólares e uma economia de divisas para o país, já este ano, em torno de 60 milhões de dólares.

Além do aspecto empresarial da indústria, é importante destacar o lado social de sua implantação: ela criou, até agora, 1.400 empregos diretos no seu complexo industrial, além de outros 3 mil na área florestal. E deve ainda gerar mais seis mil empregos diretos em Jaguariaíva e região.

Em atividade experimental desde dezembro do ano passado, a PISA já fornece papel de imprensa para seis jornais - "O Estado de São Paulo", "Jornal do Brasil", "O Globo", "Folha de São Paulo", "A Tribuna" e "Zero Hora", além de seis distribuidores.

Também todos os jornais impressos em nosso Estado deverão passar a abastecer da produção da PISA. Somente os jornais do norte do país, por enquanto, não estão sendo abastecidos com a produção de Jaguariaíva, mas logo deverão ser atingidos por ela.

Além do papel de imprensa, a empresa fabrica pasta mecânica, que acabará atendendo a cinquenta por cento das necessidades brasileiras. Ela se destina à produção de vários tipos de papelão e já está sendo enviada para as indústrias consumidoras da região centro-sul.

Um aspecto interessante - Senhor Presidente, Senhores Deputados - que podemos observar na visita que fizemos à PISA, foi o fato da mesma não empregar nenhuma espécie de derivado de petróleo. A caldeira a óleo do projeto inicial da fábrica foi substituída por duas caldeiras a lenha, que queimarão 350 mil toneladas de madeira/ano. Assim, a empresa independará do tão caro combustível para o seu funcionamento.

Isto é, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um curto relato a respeito do que podemos observar ontem, quando da inauguração daquela empresa, à qual esteve presente o Governador José Richa, Secretários de Estado, o ex-Ministro Camillo Penna e outras autoridades.

Temos a certeza absoluta que o início efetivo das atividades da PISA será registrado, a partir de agora, na história da imprensa escrita brasileira, como o início do processo de independência do Estado. A partir de agora, jornais e revistas deixam de precisar atender aos interesses dos poderosos para obterem sua matéria-prima. Está dado o grito de independência."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O Conselho Nacional de Política Salarial, deliberou um reajuste para os servidores das estatais ao nível do INPC integral dos últimos 6 meses.

Apesar da perda em torno de noventa e seis por cento de outubro até março deste ano, a reivindicação básica do movimento sindical brasileiro e das entidades representativas dos trabalhadores e servidores públicos, inclusive, aqui do Estado do Paraná, é de que se libere o reajuste do mês de março também no Estado do Paraná, também para os servidores e funcionários dos órgãos do Estado que tem o reajuste nesta data, no mesmo índice.

E a nossa intervenção, nesta tarde, Sr. Presidente, Senhores Deputados, é no sentido de solicitar, sugerir aos setores responsáveis pelo Governo do Estado encarregados da definição do índice de reajuste neste mês de março e, não só aos responsáveis ao nível do Governo, ao nível das Secretarias encarregadas, mas também às administrações universitárias, uma vez que também, professores e funcionários universitários têm neste mês de março a data do seu reajuste semestral.

E o nosso empenho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acreditando que contando com a concordância dos integrantes desta Assembléia, e fazemos através da apresentação de um requerimento solicitando urgência na definição destes índices para que a apreensão que hoje domina boa parcela do funcionalismo e, em particular, nas universidades estaduais, venha a ser no mais curto prazo possível dirimida.

A nossa sugestão, através deste texto e desta palavra, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é no sentido de realçar a importância de que no Paraná o Governo do Estado e as Reitorias levem em conta o fato de que a política salarial que implicava num aumento diferencial por faixa salarial, já não corresponde mais a nossa realidade, prova é, a recente decisão tomada na data de ontem do Conselho Nacional da Política Salarial que atinge as estatais na área do Governo Federal é que também aqui se tenha a decisão de se conferir o índice do INPC integral destes últimos seis meses, ou seja, o cem por cento do INPC que corresponde a oitenta e um por cento.

Não é ainda a solução ou a correção para a defasagem salarial, face à inflação, mas seria uma medida adequada, pelo que temos de acompanhamento da situação financeira do Estado, compatível com a capacidade de pagamento do Estado e, sem dúvida nenhuma, desde que tomada nestes dias ainda, no mais curto prazo possível e não deixando para anunciar mais para o final do mês, seria extremamente benéfica para o bom desempenho do trabalho que os servidores públicos, funcionários e professores universitários inclusive desempenham no Estado do Paraná.

Era nesse sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa intervenção nesta tarde.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sabino Campos, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. SABINO CAMPOS — Sr. Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

“Recentemente vivenciamos em nosso Estado um dos maiores movimentos sociais do meio rural: a reivindicação dos cotonicultores, que pressionados pela falta de apoio e pela falta

de recursos do Governo Federal, exigiam a imediata liberação dos recursos de AGF.

Este movimento conseguiu uma vitória parcial. O Governo Federal iniciou, embora tardiamente, a liberação dos recursos.

Apesar desta vitória, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação da comercialização da produção do campo continua crítica, principalmente em relação aos produtores de algodão, soja e milho.

Quanto ao algodão, ainda persiste o receio dos produtores da interrupção dos recursos provenientes do Governo Federal. Cabe, portanto, um apelo ao atual Governo e ao próximo Presidente Tancredo Neves para que continue a suprir o meio rural dos recursos necessários para a comercialização deste produto.

Entretanto, este não é o único problema que os produtores de algodão vem enfrentando. Existem atualmente cerca de 300 a 400 mil toneladas de algodão em pluma excedentes no mercado. Este excedente pode ser exportado. Todavia, o preço no exterior encontra-se trinta por cento mais barato que os do mercado interno, o que possibilita a exportação.

É preciso então uma política coordenada, por parte dos governos estadual e federal, que crie condições para a exportação do excedente de algodão, tanto através da isenção de ICM pelo Estado, quanto pela criação de subsídios pela União.

Com relação ao milho e ao soja a situação é ainda mais grave, pois nem ao menos se vislumbra a possibilidade de liberação dos recursos de EGF e AGF para a comercialização destes produtos.

O resultado que observamos é um completo massacre aos produtores.

Vejamos o caso do soja.

Devido a ausência de liberação dos recursos, os preços reais da saca do produto estão bastante abaixo do preço mínimo estipulado, e em vigor a partir de 1º de março.

Atualmente a saca de soja está sendo comercializada ao preço de Cr\$ 39.000 quando o valor mínimo estipulado é de Cr\$ 41.460.

O milho está sendo comprado ao produtor a Cr\$... 23.000 a saca, enquanto o preço mínimo definido é de Cr\$ 26.940.

Mas, para aprofundarmos a compreensão do quanto é crítica a situação dos agricultores é interessante fazermos uma evolução dos preços do algodão, soja e milho deste ano em relação ao ano passado.

No início de 84 comprava-se uma saca de milho por Cr\$ 8.000. Agora, um ano após, a mesma saca custa Cr\$ 23.000. Um acréscimo de 187,5 por cento.

Comprava-se algodão, Tipo 6, no início de 1984, ao preço básico de Cr\$ 11.000. Hoje está a Cr\$ 22.000. Uma elevação de apenas cem por cento. Enquanto a 20 dias atrás estavam pagando de 15 a 17 mil cruzeiros a arroba.

Em 15 de janeiro de 84 pagava-se ao produtor pela saca de soja Cr\$ 16.000. Já em 15 de janeiro de 85 a mesma saca custou Cr\$ 36.500. Apenas cento e vinte e oito por cento de reajuste.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Se compararmos a evolução dos preços pagos aos produtores de algodão, soja e milho, com a evolução da inflação do período, acima de duzentos e trinta e dois por cento, veremos o quanto

está difícil para o produtor continuar a tocar suas atividades sem incorrer em sérios prejuízos.

O principal responsável por esta situação é o Governo Federal que vem tratando com descaso a agricultura brasileira, deixando-a praticamente sem recursos, à mercê de uma economia de mercado manipulada pelos grandes grupos econômicos, principalmente multinacionais, a quem não interessa a sorte de nossos produtores e nem o desenvolvimento de nosso país. A estes grupos só interessa o lucro desmesurado.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, utilizo-me mais uma vez desta tribuna, para voltar à defesa dos interesses dos produtores rurais de nosso Estado, fazendo um apelo enérgico para que as atuais autoridades federais e as novas que serão empossadas a partir de 15 de março tratem o campo com a prioridade que merece, fornecendo aos produtores recursos e condições para que possam continuar produzir para o desenvolvimento de nosso país e para o bem-estar de nosso povo.

E com isso, pagando a grande dívida social, que o Brasil tem para com o seu povo."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Nação está estarecida com o Governo do Presidente João Figueiredo que pouca saudade deixará no nosso povo brasileiro.

O Sr. Presidente, parece que demonstrando algum rancor pelo povo brasileiro, está permitindo que ao apagar das luzes do seu melancólico governo, a inflação atinja no Brasil índices assustadores. Uma boa faixa da população brasileira começa a não sentir mais nem prazer em assistir aos noticiários, porque virou rotina o anúncio de novos aumentos, começando sempre nas tarifas dos serviços públicos, começando pelo combustível, pelo trigo, pelo telefone, pela água, pela luz. E cada pancada de aumento nunca é inferior a 20 ou 30 por cento. Nós queremos lamentar profundamente o desgoverno que vem sendo visto no Brasil, quando faltam poucos dias, para tomar posse o Presidente Tancredo Neves. A nossa crítica, a nossa tristeza, pelo fato de o Sr. Presidente Figueiredo, o homem que não quer mais nada com o Poder, não quer mais nada com o cargo, parece que resolveu "deixar às moscas" o Palácio do Planalto e com isso o fardo carregado pela população brasileira, está sendo muito pesado.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se criticamos o Presidente Figueiredo e a sua equipe econômica, cabe-nos aqui também uma crítica ao Governo continuista do Presidente Tancredo Neves que nem sequer assumiu o Poder e hoje a imprensa brasileira já estampou uma infeliz declaração do Ministério continuista Francisco Dornelles. Ele recebeu um amplo documento da ABECIP, propondo que o Governo Tancredo Neves, Tancredo Neves, tio do Sr. Francisco Dornelles, onde se faz uma proposta, pela ABECIP, para que as prestações do BNH não subam mais cento e onze por cento. E pasmem

os Senhores, o Sr. Francisco Dornelles, nem sequer sentou na cadeira ainda como Ministro e já dá uma entrevista digna de repúdio, de estarrecer, de entristecer, de chocar os quatro milhões de mutuários do BNH, espalhados por todo o Brasil, quando Sua Excelência vem a público, para dizer que não concorda, que não aceita que as prestações do BNH tenham aumento de apenas cento e onze por cento.

E é de se lembrar que o PMDB, fora do Poder, levantou a sua voz, através de Vereadores, Deputados, Senadores, de Lideranças, para protestar contra a política desumana do BNH, e eu tenho certeza que nesta hora também os Srs. Deputados do PMDB estão revoltados e indignados com a atitude comprimista, desumana, anti-cristã do Sr. Francisco Dornelles, que faria melhor ficando de boca fechada. Portanto, Sr. Presidente, a gente lamenta que, antes mesmo de tomar posse como Ministro do Governo de seu tio Tancredo Neves, o Sr. Francisco Dornelles, tome uma atitude frontalmente contrária aos interesses dos mutuários do BNH.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

Venho, hoje, à tribuna, para deixar registrada a preocupação dos mais de 500 aprovados no concurso para o preenchimento de vagas nas carreiras de agente e escrivão de polícia quanto à sua sorte.

Afirma o Governo, na mensagem dirigida a esta Casa, prestando contas da situação do Estado em 1984, que uma das preocupações mais sérias do Governo no campo social decorre da necessidade de aumentar a qualidade e a eficácia dos serviços de segurança prestados à população. O Governo reconhece a necessidade, mas na prática o que faz? Para se ter uma idéia da apatia, basta ver que naquele "catatau", que é o relatório de prestação de contas, dedica apenas duas páginas a esse importante setor da atividade do Estado e o relato ali apresentado é muito pouco em vista da escalada e da violência que assola nosso Estado.

Mas, voltando aos concursados, não se pode compreender como diante das prementes necessidades de se aperfeiçoar o aparato policial para combater a violência e a criminalidade, o Estado não promova a efetivação, adquirida por direito, daqueles que obtiveram aprovação no ano passado de 1984, no curso obrigatório para as carreiras na Escola de Polícia.

Alega o Governo a falta de recursos para contratação. Mas, se a área da Segurança Política é uma das mais sensíveis e que gera a intranquilidade na família paranaense, por que então não se remanejar o Orçamento, de modo a se reduzir gastos supérfluos — que os há e muito — para destinar os recursos a atividades essenciais de responsabilidade do Estado?

É esse enfoque distorcido da nossa realidade cotidiana que causa espécie mesmo ao observador menos atento. O que dirá então de nós, Deputados Estaduais, que temos o dever de zelar pelo interesse público, de defender as mais legítimas aspirações da comunidade.

Se o Governo promoveu o concurso é porque de fato

havia carências profundas nessa área, conforme ele mesmo reconhece em sua mensagem anual, então não há a mínima justificativa para o adiamento de uma solução imediata que venha a por fim à apreensão dos que se submeteram ao concurso, foram aprovados, fizeram o curso requerido e vêm agora, à medida em que o tempo passa, frustradas as suas expectativas, enquanto a população, desguarnecida fica à mercê dos criminosos.

Era essa colocação que queria deixar aqui registrada, dirigindo um apelo aos responsáveis pela Administração Pública Estadual para que, sem mais protelação, passem a cumprir com o compromisso assumido perante o povo do Paraná."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente o discurso do ilustre Deputado Tadeu Lúcio Machado, quando ele falava na PISA.

Pena que ele esteja apenas sabendo de uma parcela. Pena que ele não tenha estudado profundamente a origem da vinda da PISA para Jaguariaíva e omitiu o nome do Prefeito Municipal de Jaguariaíva e do ex-Governador Ney Braga. Porque, se não fora, Sr. Presidente, o esquema do Prefeito Albano Ferreira de Barros, a vir aqui e conversar e impor ao Governador Ney Braga para que fosse a São Paulo para conhecermos o complexo do ESTADÃO, hoje, a PISA não estaria sendo motivo de orgulho para o Paraná e para nossa gente.

Falou muito bem o Deputado Tadeu Lúcio Machado. Não quero que Vossa Excelência leve para outro lugar. Queria apenas que Vossa Excelência fizesse justiça; queria apenas que este Governo do PMDB, Governo honesto, ao fazer as inaugurações das obras terminadas como fizeram em Joaquim Távora e São Roque do Pinhal. Em Joaquim Távora, Vossa Excelência sabe, que a Estação Rodoviária estava pronta; em São Roque do Pinhal, terra do nosso Governador, a escola estava pronta com o nome de "Frei Leonardo", e não sei por que passe de magia, Deputado Tadeu Lúcio Machado, hoje tem o nome de um ex-companheiro, amigo, que merece todo o respeito, que é o pai do atual Governador. É um passe de magia. E sempre quando eu digo, Deputado Tadeu Lúcio Machado, que o confeiteiro que faz o bolo não o come, se não for ligeirinho.

Então, é este o problema da PISA, que Vossa Excelência talvez por não ter pleno conhecimento da origem, esqueceu de citar o nome dos pioneiros que lutaram, do ex-Prefeito de Jaguariaíva, embora fosse seu adversário. Mas, "dai a César o que é de César", Deputado Tadeu Lúcio.

Achei magnífico o seu discurso e pensei que, na hora, Vossa Excelência lembrasse do ex-Governador Ney Braga, do Prefeito que deu isenção de impostos, e que foi por diversas vezes a São Paulo, e nos levou para conversarmos com o Grupo Júlio Mesquita.

Saiba que a PISA, como diz Vossa Excelência em seu discurso, vem trazer, vem gerar empregos, vem dar papel de imprensa, vem trazer um impulso ao nosso País.

Mas, faça-se justiça. Se Vossa Excelência, Deputado Tadeu Lúcio Machado, tivesse um pouquinho de saudade do tempo em que Vossa Excelência estava na Oposição, deveria saber que esta

luta não é só de Vossas Excelências, não é só do Governador José Richa, é também de Ney Braga, é também do ex-Prefeito e dos Vereadores de Jaguariaíva, daquele povo que deu tudo para instalar aquela indústria, que infelizmente foi esquecida por Vossa Excelência.

Vossa Excelência tem o aparte.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Nobre Sr. Deputado Gabriel Manoel, lamento que Vossa Excelência não tenha prestado atenção no pequeno relato que fiz da tribuna, na oportunidade que usei cinco minutos do Pequeno Expediente.

Naquela oportunidade eu analisava a PISA — Papel de Imprensa S/A, e citei o Governador José Richa como presente na oportunidade da inauguração.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência me permita só. Vossa Excelência não quis citar o Governador Ney Braga que ajudou a fazer.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência me concedeu ou está me cassando o aparte? Eu analisava...

Vossa Excelência me concede um aparte, ou está sendo aparteado por vosso Líder?

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu estou calado e a "democracia" brasileira manda que se dê atenção a todos.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Então, se Vossa Excelência me permite, eu quero continuar.

Eu citava apenas a presença do Governador na solenidade de inauguração da primeira fase da PISA - Papel de Imprensa S/A, e se formos reportar à história, várias pessoas contribuíram para instalação da indústria naquele município; tanto as autoridades do Governo passado, como deste Governo.

Mas, o que vale analisar neste momento, é o benefício que traz ao Paraná. E nós do PMDB, nobre Deputado, nunca fizemos farol em cima das obras inauguradas, mas sim...

O SR. GABRIEL MANOEL — Vocês não fizeram farol em Joaquim Távora, onde nós construímos duas obras e Vossas Excelências foram lá inaugurar? Isso não é farol? Soltar foguete em cima de obras feitas pelo PDS.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossas Excelências se comportem e não digam que não fizeram farol.

Porque eu não vou toletar, Deputado Tadeu, gosto muito de Vossa Excelência, mas não vou tolerar que Vossa Excelência falte com a verdade dentro desta Assembléia que nós respeitamos, dentro de um Parlamento. Vossa Excelência tem o aparte, como já disse, mas por favor, não desvirtue esta Assembléia.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência tem um Grande Expediente de trinta minutos, e só usou cinco, nobre Deputado. Se Vossa Excelência tiver paciência de me ouvir mais dois minutos, terá mais vinte e três para poder responder. Então, basta um pouquinho de paciência.

Eu dizia, nobre Deputado, que nós do PMDB costumamos analisar o valor social das coisas inauguradas, e a PISA - Papel de Imprensa S/A, é uma empresa de caráter particular, é uma empresa do grupo particular.

O SR. GABRIEL MANOEL — Mas teve benefício da Prefeitura

e do povo de Jaguariaíva. Vossa Excelência quer desvirtuar meu pronunciamento, nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, Vossa Excelência que é um menino inteligente. Nós sabemos, não somos tão analfabetos, mas é uma companhia particular, diversos grupos particulares, é um complexo particular, mas que, para ir a Jaguariaíva, os particulares e as forças políticas do PDS foram conversar em São Paulo para que pudessem instalar a PISA.

Com todo o respeito que tenho ao complexo da PISA, é um grupo particular que merece o nosso respeito, faz papel de imprensa e não paga impostos.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência continua me concedendo um aparte?

Eu passaria a analisar, então, o que foi feito em Jaguariaíva, depois da instalação da PISA. Isto sim, foi feito pelo atual Prefeito e pelo Governo do Estado. Foram construídas... Vossa Excelência me concede o aparte que eu vou esclarecer porque Vossa Excelência não tem conhecimento do que realmente foi feito nesses dois últimos anos de Governo em função da instalação da indústria.

O SR. GABRIEL MANOEL — Então, dizia eu, nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, que Vossa Excelência quer fazer um discurso paralelo, Vossa Excelência fez o discurso pequeno, e de fato foi muito pequeno, foi meio miúdo. Vossa Excelência tem a Liderança, é Líder e pode falar o que quiser.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Mas, nobre Deputado, eu tenho prazer em dialogar com Vossa Excelência, dialogar com um Deputado tão inteligente, com tanto tempo de Assembléia Legislativa, um Deputado com conhecimento profundo. Eu tenho enorme prazer em dialogar com Vossa Excelência, se Vossa Excelência permitir.

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) Eu pediria que os representantes do Norte Pioneiro se ativessem ao Regimento Interno. Está com a palavra o Deputado Gabriel Manoel, e que faça uso, da forma regimental.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência tem, Deputado Tadeu Lúcio Machado, o Horário da Liderança e outros horários concedidos para a Maioria.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Eu tenho prazer em dialogar com Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, quer dizer para o Líder que está como tal, ensaiando, que tenha um pouco de paciência?

Deputado Tadeu Lúcio Machado, permita-me a incoerência. Eu só quero cumprimentar. Veja bem, Vossa Excelência foi a Joaquim Távora inaugurar uma obra pronta pelo nosso Governo.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — E Vossa Excelência foi convidado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Não é questão de ser convidado. É questão de coerência. Vossa Excelência foi a São Roque do Pinhal inaugurar uma obra pronta, e não sei porque, não sei quem para “puxar o saco” do Governador José Richa, tirou o nome de Frei Leonardo e puseram o nome do ilustre amigo Assad Richa, que merece o nosso respeito.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — A unanimidade dos Vereadores, inclusive os Vereadores de Vossa Excelência, de Joaquim Távora.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência sabe que nos calamos. Mas, como diz o adágio popular, “quem cala, consente”. E de hoje em diante, não vamos consentir, Sr. Deputado, futuro líder da Bancada do PMDB. Vossa Excelência não está ensaiando bem, como Líder. Deixe-me falar, por favor.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Está com a palavra o nobre Deputado.
Quem manda é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) Continua com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu queria que Vossa Excelência descontasse os dois minutos que o nobre Líder do PMDB, futuro, me interrompeu.

Talvez, foi assim uma euforia, uma vontade de agradar o Governo. Está certo.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Eu gosto de apartear Vossa Excelência, Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Dizia eu. Deputado Tadeu Lúcio Machado, o problema da PISA foi um amontoado de homens paranaenses, paranistas que foram a São Paulo, para que ela viesse a ser instalada em Jaguariaíva. E por que não votaram para a BRASCAP ser instalada em Sengés? Por que a BRASCAP não faz suas instalações em Sengés? Não tenho crítica nenhuma a fazer quanto ao Governador José Richa, mas a verdade há de ser dita desta tribuna.

E não diria Vossa Excelência neste momento, a inaugurar obras, obras e mais obras no Norte Pioneiro feitas pelo ex-Governador. Obras como a Rodoviária de Joaquim Távora; obras como aquele complexo estudantil de São Roque do Pinhal. E outras que não quero enumerar.

Não censuro Vossa Excelência porque, dizia eu, já desde o começo, “o confeitiro que faz o bolo não come”. Obras como a estrada contratada em 50 por cento, de Pirai do Sul a São Jerônimo.

Obras que talvez tivessem sido feitas pelo ex-Governador Jayme Canet, e que Vossas Excelências tiveram o desdém de inaugurar.

Onde está o respeito ao povo, Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, onde está o respeito ao povo, quando Vossa Excelência vem falar de um grande benefício para o nosso Estado, principalmente para o Norte Pioneiro e fala só no seu Governador e omite os outros homens que trabalharam em benefício da nossa terra e de nossa gente?

Vossa Excelência talvez nesse momento faça ouvidos moucos, mas nós estaremos aqui. Não sei se Ney Braga vai ser da nossa agremiação, se está ou se não está. Nós continuamos no PDS, porque “covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta”, Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Onde está, Deputado, o pudor, quando Vossa Excelência inaugura uma obra que não foi feita por este Governo? Onde está a consciência política, o respeito pelo povo de nossa terra? Então, eu queria pedir vênias a Vossa Excelência e ao seu Governador José Richa, que pelo menos não tenha memória curta. Vossa Excelência vai no Pequeno Expediente, com um pequeno discurso, a bajular os grandes empresários e esquece dos pequenos que muitos deles nos elegeram.

Eu agradeço a Vossa Excelência pela tolerância e quero dizer ao povo do Paraná, à imprensa, a esta Assembléia, que hoje já está instalada em Jaguariaíva, graças ao Governo do PDS, que

cooperou com esta grande empresa do Estado de São Paulo, a empresa do "Estadão", com o grupo Júlio Mesquita, que nós tivemos a honra de ir dialogar e de trazer, Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, coisa que Vossa Excelência desconhece. O Prefeito de Jaguariaíva talvez nem tivesse sido convidado pelo esquema do seu Governo, mas foi o homem que lutou e que fez hoje nós ficarmos descrentes muitas vezes, da nossa classe política.

Perdoe-me se fui grosseiro, futuro Líder do PMDB, só que desta vez, no seu ensaio primeiro, Vossa Excelência não está se saindo bem. Apenas — conselho não se dá — mas quero apenas fazer uma observação como amigo particular seu: quando for à tribuna, faça justiça ou então nós pensamos sobre aquele adágio popular: "Quando o interesse canta, a justiça cala".

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Luiz Alberto Oliveira, pelo espaço de quinze minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs.

Deputados

Continuo hoje a ler o pronunciamento a respeito da Ação Popular.

Na sessão passada, pude falar sobre as virtudes de um Magistrado, o inolvidável Rafael Magalhães, quando afirmava que duas são as virtudes principais do magistrado: paciência e modéstia.

Louvado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em documentos idôneos e oficiais, juntando o parecer do eminente Professor Luiz Olavo Batista, advogado em São Paulo, Doutor em Direito da Universidade de Paris, Professor visitante da Universidade de Michigan, colaborador correspondente da Unidroit, de que conclui pela ilegalidade das comissões pagas e recomenda que se pleiteie, pela via judicial, a devolução das importâncias pagas indevidamente, além de apontar fraude à legislação cambial no pagamento de 490 mil dólares a Midlan Mongatu, que é controlada pelo Midlan BLC, pois recebendo a subsidiária do Banco, a Comissão aqui pode, uma vez pagos os impostos, remetê-la como lucro ao seu País de origem, burlando os limites para o valor de juros e comissões do Banco Central.

Pleiteamos em consequência a ação popular subscrita pelos destacados juristas, Professor René Ariel Dotti e Walter Borges Carneiro e a declaração de nulidade dos atos que proporcionaram o pagamento e os recebimentos com a reposição do valor total ao Tesouro do Estado.

Em recurso que os advogados René Ariel Dotti e Walter Borges Carneiro acabam de encaminhar ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado, constata-se o aqodamento no julgamento da Ação Popular pelo juiz Cyro Maurício Crema, bastando mencionar que o pedido foi distribuído em 21 de agosto de 1984.

Pasme, Sr. Presidente, Srs. Deputados. No mesmo dia o juiz determinou a citação dos réus. Em 23 de agosto foram expedidos os mandatos e as precatórias.

No dia seguinte, o réu Erasmo Garanhão declarou-se citado e três dias após denunciou à lide, o ex-Secretário Belmiro Valverde Jobim Castor. No mesmo dia o juiz ordenou a citação.

Em 22 de outubro ocorreu a citação do último litisconsorte, o Estado do Paraná.

A velocidade com que se realizaram as diligências foi impressionante, posto que a maioria dos requeridos tem domicílio na cidade de São Paulo.

A litisconsorte LEMAN LTDA, requereu a prorrogação do prazo de 20 dias para contestar. Mas o Meritíssimo juiz não atendeu o solicitado.

O termo final para apresentação das contestações dos réus ocorreu em 12 de novembro de 1984, numa segunda-feira.

O Ministério Público oficiou logo em seguida. Os autos foram conclusos em 12 de novembro. Naquele mesmo dia o meritíssimo juiz lavrou o despacho saneador.

O processo, Srs. Deputados, tinha o volumoso conteúdo de 1.275 páginas.

O despacho saneador foi publicado apenas dois dias depois, ou seja, em 28 de novembro.

Para que se conseguisse tal êxito, com tamanha urgência, a lista encaminhada à Imprensa Oficial usurpou os espaços reservados para outros 10 feitos, daí porque na coluna da Segunda Vara da Fazenda Pública, consta o despacho saneador como feito número 1. O processo seguinte tem exatamente o número 11, isto é, 12 foram retirados de pauta, dez foram retirados de pauta.

Em 30 de novembro, uma sexta-feira, os apelantes deferiram petição, pleiteando que o prazo de alegações finais fosse suspenso em face de razões relevantes.

1. proibição da retirada dos autos do cartório, para que pudéssemos analisar as contra-razões apresentadas pelos réus.

2. as contestações não foram em consequência disto, porque não se permitiu que os advogados Walter e René Dotti retirassem o processo do cartório. Em razão disto, as impugnações não puderam ser contestadas.

3. havia necessidade de que se falasse sobre a produção de novas provas, que se requeresse contas bancárias da Leman, do ex-Secretário Erasmo Garanhão e de outros. Lamentavelmente isto não foi possível, pelo despacho saneador do Juiz da Segunda Vara, que determinou não só que o processo ficasse em cartório, mas sobretudo, que negou-se a oportunidade para que os autores da ação popular pudessem requerer a produção das provas para demonstrar a fraude, o dolo, o peculato, com que se houveram os envolvidos na ação popular, que retrataram o triste, famoso escândalo de dólares no Paraná.

No dia 03 de dezembro, segunda-feira, o Juiz indeferiu os requerimentos. Na mesma data os autores requereram, diante dos indeferimentos, que se oficiasse ao Banco Central, requisitando informações sobre fatos relevantíssimos sobre a causa.

O Código de Processo Civil prevê que o Juiz deverá, independentemente da iniciativa das partes, determinar a realização da prova reputada importante para a decisão da causa.

Para garantir o direito da prova, os apelantes manifestaram agravo de instrumento contra o despacho saneador que indeferiu a realização de perícias, inquirição de testemunhas, depoimento pessoal, juntada de documentos e outras provas.

Para resguardar o efeito suspensivo ao agravo, impetrou-se mandado de segurança junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado. O Relator, eminente Desembargador Jorge Andriguetto, cujos atos e julgados honram a Magistratura estadual e nacional, em 10 de dezembro determinou a suspensão do prazo das alegações finais até a decisão, a propósito da medida liminar pleiteada, que seria apreciada após prestação das informações.

Com as informações encaminhadas pelo Juiz, o Relator, em despacho de 20 de dezembro de 1984, após meditado estudo, após haver analisado apenas a medida de mandado de segurança

durante dez dias, deferiu a providência cautelar. Isto é, concedeu mandado de segurança junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Tribunal de Justiça, para evitar que o despacho saneador do Juiz de Direito da Segunda Vara pudesse ser vitorioso.

Retornando aos autos da Procuradoria Geral da Justiça, o réu Erasmo Garanhão pleiteou ao ex-Presidente do Tribunal, a revogação da liminar. Tal pedido foi formulado após quase todo o decurso das férias forenses; a petição foi protocolada em 29 de janeiro de 1985, e não custava aguardar apenas mais 72 horas para requerer ao Relator, original do Mandado de Segurança a reconsideração do despacho.

O pedido de revogação feito após decorrido quase inteiro o período de férias forenses, isto é, os 31 dias do mês de dezembro, e os 29 dias do mês de janeiro, prova que não havia urgência para justificar tal atitude do Presidente do Tribunal. Apesar do Sr. Erasmo Garanhão haver declarado, no processo, que tinha urgência, porque tinha sonhos, tinha ambições, entre as quais a ambição de participar do Governo da Nova República, que se instala a 15 de março.

Em 1.º de fevereiro o advogado Walter Borges Carneiro compareceu ao Tribunal para se inteirar do movimento do processo do Escritório do Professor René Dotti.

A sessão do Segundo Grupo de Câmaras Cíveis, informou que os autos não estavam em cartório. Comparecendo então ao serviço de computação foi ali informado às 14:39h., conforme se verifica pela ficha do computador, que os mesmos se encontravam aguardando despacho do Presidente do Tribunal.

No mesmo dia 1.º de fevereiro assumia a nova direção do Tribunal, tendo o advogado Walter Borges de Carneiro comparecido ao Plenário para assistir a cerimônia de posse e de reabertura oficial dos trabalhos judiciários daquele ano.

Ao cumprimentar os Desembargadores, teve oportunidade de conversar com o ilustre Desembargador Jorge Andriguetto, que já estava retornando ao exercício de suas funções.

Aproximadamente 16:30, compareceu ao gabinete da Presidência à procura dos autos, sendo informado que retornaram à seção competente.

Na Divisão Civil o processo tinha agora o despacho revocatório da liminar.

Isto é, o Desembargador Jorge Andriguetto para conceder a liminar pediu informação, analisou o processo por 10 longos dias e o Sr. ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que recebeu o processo no dia 28 de janeiro, que foi protocolado, que chegou às suas mãos no dia 29 de janeiro... (é cortado o som).

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) Consulto à Liderança do PDS...

Por mais cinco minutos, com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — No espaço de apenas um dia, sendo o dia primeiro de janeiro, dia dedicado à posse da nova Comissão Diretora do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em apenas um dia, Sua Excelência, que deve ter até feito curso de leitura dinâmica para ler 1.275 páginas de um processo, em nove linhas cassou a liminar concedida pelo

eminente Desembargador Jorge Andriguetto.

Vou voltar, Sr. Presidente, ao assunto, na próxima sessão. Pretendo continuar a analisar o processo da ação popular.

Temos agora três recursos para julgamento no Egrégio Tribunal de Justiça.

O agravo de instrumento do despacho saneador do Juiz.

O mandado de segurança que impetramos contra o ato do Juiz e a apelação contra a decisão da primeira instância.

Haveremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sob a honra da nossa carreira política, levar até o final, o julgamento desta Casa para que, pela vez primeira, aqueles que dilapidaram o patrimônio público, possam repor as quantias indevidamente recebidas e que, em consequência, se instaure no Paraná o regime de moralidade que todos desejamos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) No restante do horário, fará uso da palavra o Sr. Deputado Nelson Buffara, por 13 minutos.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, queria que Vossa Excelência me facultasse os 18 minutos, três que restaram do Deputado Luiz Alberto e os 15 que me foram conferidos pela Liderança.

Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lâ):

"Amplia-se em todo País o debate para a formulação de propostas, a fim de que tenhamos no Brasil uma universidade democrática e autônoma - condição necessária para que ela possa se colocar ao lado da maioria da nossa população.

Por isso, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, desejo conchamar Vossas Excelências para que façamos desta Assembléia, que tem, entre seus componentes, ilustres professores e brilhantes ex-alunos, mais um importante pólo desse grande debate nacional, ao qual não podemos estar ausentes, não só pela magnitude desse assunto, mas também pelo fato da responsabilidade que nos compete, eis que a nossa querida Capital abriga a mais antiga universidade brasileira - que é a Universidade Federal do Paraná.

Façamos desta Assembléia não apenas uma extensão do grande diálogo brasileiro sobre a questão universitária, mas um influente centro irradiador de idéias e de iniciativas capazes de contribuir decisivamente no encaminhamento de problemas considerados transcendentes na vida brasileira.

Esta é uma oportunidade rara para demonstrarmos ao País que a propalada timidez dos paranaenses é uma balela, que não se coaduna com a nossa extraordinária capacidade de trabalho (é bom recordar aquela pesquisa da revista Veja que informou aos brasileiros que os paranaenses são os nacionais que mais trabalham). Timidez que, se fosse verdadeira, jamais levaria os pioneiros paranaenses aos pontos mais distantes do imenso território brasileiro. Eles estão em Roraima, Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Goiás e Amapá, desbravando regiões inóspitas e plantando cidades onde o homem jamais havia pisado, numa tarefa que só os fortes, intemoratos

os corajosos sabem realizar. E por sermos assim, estaremos dando uma valiosa contribuição ao desenvolvimento sócio-econômico, cultural e científico do País, é que não podemos ficar ausentes das discussões sobre a universidade brasileira.

Esse debate tomou impulso e adquiriu amplitude a partir da maior greve já desenvolvida por uma categoria profissional na história do Brasil. Refiro-me à greve dos docentes aos quais estiveram solidários os funcionários das universidades federais autárquicas e que teve duração de 84 dias ininterruptos. Além de ter sido a maior greve nacional, esse movimento paredista recebeu o apoio dos mais variados setores da sociedade brasileira: entidades da sociedade civil, sindicatos, todos os partidos políticos, Congresso Nacional, governadores de Estado, veículos de comunicação social e a opinião pública em geral. Esse apoio - que tem sido destacado pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - está relacionado diretamente com o fato de que pela primeira vez o movimento docente colocava a questão Universidade na pauta da sociedade brasileira, rompendo o isolamento, saindo do espaço restrito dos campus e procurando redimensionar as relações efetivas da Universidade com a Comunidade.

Um recente boletim da ANDES, referente ao mês de fevereiro, lembra que os comitês em defesa da Universidade pública e gratuita que proliferaram em todo o País são exemplos claros e inofensíveis do salto de qualidade realizado pelo movimento docente e caracterizam uma ação organizada da sociedade em defesa desse grande patrimônio cultural, pedagógico e científico.

É claro que todo esse processo - que procurou estreitar os laços entre a Universidade e a sociedade - teve repercussões internas na vida universitária de grande significado político, levando as instituições de ensino superior a se examinarem minuciosamente e a avançarem na discussão do seu próprio cotidiano: condições de ensino, pesquisa e extensão.

É chegado o momento de dizer basta às instalações suntuosas, aos gabinetes de reitores e pró-reitores, além de diretores cheios de luxo, enquanto se negam recursos para aquisição de laboratórios, pagamento de pessoal especializado, concessão de bolsas de estudos e ampliação das atividades universitárias. Os brasileiros já não toleram presenciar a construção de prédios que ficam vazios, sem conteúdo. Há dinheiro para a obra, mas não dinheiro para pessoal e instalações. Que administradores são esses? Administradores fracassados que não podem estar à frente de órgãos universitários, que exigem para dirigi-los pessoas competentes, eficientes e capazes. Tem toda razão a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior quando proclama que é preciso defender e transformar a Universidade. E essa é uma tarefa da Comunidade Universitária numa ampla discussão que envolve toda a sociedade brasileira.

No próximo dia 15 instala-se a Nova República. Espera-se que, dentre outras prioridades de Tancredo Neves, esteja o combate à inflação, geração de empregos, a questão de casa própria, eleição direta para prefeito das capitais, diretas-já

para Presidente da República, (pois os futuros governistas já se esqueceram de suas promessas), Assembleia Nacional Constituinte e a educação, com ênfase à Universidade.

A Universidade precisa se transformar.

Quem faz essa advertência é a própria Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, acrescentando que o afastamento da Universidade da realidade nacional social é tão profundo que mesmo aos setores mais conservadores, ela não mais satisfaz. A Universidade tornou-se ineficiente pelo fato mesmo de seu distanciamento e isolamento.

Diz a ANDES que o novo governo terá um projeto global para a sociedade, e políticas específicas para cada um de seus setores. No que se refere à Universidade, o modelo liberal muito provavelmente procurará vinculá-la aos interesses empresariais.

Os professores, por seu turno, reivindicam verbas, democratização, autonomia, expansão. Para que? Indago eu. A Universidade necessita de transformações que atinjam seus alicerces. Haverá por que reivindicar mais verbas, expansão e autonomia ou mesmo democracia interna se a Universidade se mantiver distante da população e de suas necessidades?

Para que se opere a transformação da Universidade é imperioso que ela se volte para a realidade nacional, para a realidade mais próxima. E a isso não poderá fugir a Universidade Federal do Paraná.

Sem perdermos as suas características de comunidade, imunidade e universalidade precisa ampliar suas atividades, criando cursos de extensão como forma de prestar serviços à comunidade, principalmente na periferia e na zona rural. É chegado o momento de derrubar as paredes das torres de marfim em que se converteram as universidades brasileiras.

É justo reconhecer os esforços desenvolvidos na Universidade Federal do Paraná, por sucessivas administrações, com o objetivo de ampliar sua atuação no Estado. Todavia, esses esforços, também é justo reconhecer, poderiam ser bem mais amplos, pois muitas iniciativas poderiam atuar como verdadeiros núcleos para a expansão do acesso ao ensino superior público e gratuito com vistas à melhoria da escolaridade da população do País. Assim é que muitas atividades da Universidade Federal do Paraná poderiam ser ampliadas para a criação da futura Universidade do Litoral, a partir do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, um importante organismo que funciona como agente de cultura, tendo recebido nesta temporada de verão mais de 10 mil visitantes, inclusive do exterior, segundo informações e dados oficiais da própria Universidade; o Centro de Biologia Marinha, instalado em Ponta do Sul, que desenvolve pesquisas sobre a criação de camarões em cativeiro e trabalhos de repovoamento da baía de Paranaguá, bastando mencionar que cerca de 50 milhões de larvas de camarão estão sendo desenvolvidas para serem lançados naquela baía. Além disso, aquele centro vem dando apoio às iniciativas empresariais para implantação de fazendas de criação de camarões em Paranaguá,

Antonina, Guaraqueçaba, Matinhos, Caiobá e Guaratuba. A Universidade Federal do Paraná também desenvolve projetos de saneamento básico e ações de saúde e educação na ilha do Mel e municípios do Litoral e o que reputo como atuação de grande importância científica: são as pesquisas, estudos e projetos para a preservação da flora e da fauna nas ilhas do Mel, dos Currais, Itacolomi e Figueiras.

Como se constata, o Senhor Presidente, e nobres Senhores Deputados, já existe o embrião para a futura Universidade do Litoral, instituições que considero como prioritárias para a vida paranaense, bastando mencionar que a baía de Paranaguá foi considerada por um organismo das Nações Unidas como a quinta mais importante reserva mundial para o desenvolvimento de estudos e atividades pesqueiras. Do Centro de Biologia Marinha, em Pontal do Sul, já saíram estudos que os pesquisadores paranaenses estão complementando ou ampliando lá na Antártida, tendo à frente o insigne professor Metry Bacila. É uma verdadeira Universidade do Litoral que precisa ser criada imediatamente, e à qual esta Assembléia Legislativa precisa dar todo o apoio. É nesse sentido que conclamo os meus nobres pares e a Vossa Excelência, Senhor Presidente, para que somemos esforços, reunamos trabalho e ajudemos o Paraná e o seu povo a abrir novos caminhos nesta luta incansável pela expansão do acesso ao ensino superior público e gratuito para melhoria da escolaridade da população brasileira. A esse dever nós não poderemos faltar. Tenho a certeza de que conto com a ajuda dos Deputados Estaduais de minha terra.

Muito obrigado”.

O Sr. Mário Pereira - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nelson Buffara, só um pequeno aparte para quem sabe somar um dado a este seu brilhante pronunciamento, a respeito da necessidade urgente de reformulação das universidades brasileiras.

No Paraná, Deputado Nelson Buffara, que se reclama cada vez mais recursos para as universidades, nós temos uma triste realidade: nós, num país pobre, sem recursos, ao confrontarmos os números das estruturas administrativas das Universidades do Paraná, com as européias, verificamos que as nossas universidades têm uma relação, entre número de funcionários e de professores, muito diferente das da Europa. Enquanto aqui, em algumas universidades, nós temos 3 funcionários, entre professores e funcionários burocráticos, por aluno, nós temos nas universidades da Europa, 12, por aluno.

Portanto, também é necessário que as nossas universidades, reflitam sobre uma reforma administrativa. Elas que formam os administradores, dão o mau exemplo de serem mal administradas esbanjando recursos num País que não tem.

Um exemplo diferente é dado por países ricos da própria Europa que ao formar administradores, se administram bem, tendo uma relação entre alunos e funcionários, bem maior do que temos aqui no Brasil.

Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. NELSON BUFFARA - Deputado Mário

Pereira, Vossa Excelência com o conhecimento de causa _ enriqueceu o conteúdo do nosso pronunciamento. Eu agradeço a felicidade com que Vossa Excelência apartou.

Este pronunciamento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é nada mais, nada menos do que um desabafo da região litorânea, que eu represento nesta Casa, por 5 legislaturas. Sabemos perfeitamente, a exemplo do Deputado Odeni Mongruel, Reitor que foi por muito tempo da Universidade de Ponta Grossa, e da Bancada do PMDB do Professor Adnail Sprenger Passos que tem conhecimentos sobejos, que é inevitável a criação de uma nova Universidade, mas uma extensão da que existe aqui da Capital ao litoral não é nada impossível, desde que somemos os nossos esforços, os Deputados de Ambas as bancadas, facções, possam prestar uma homenagem ao litoral com a trabalho gigantesco, junto a este modesto Deputado que lança a idéia para que tornemos realidade a expansão da Universidade Federal do Paraná em Paranaguá, capital do litoral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) - Consulto Liderança do PMDB se fará uso da palavra.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 308/84, que concede os Títulos de Cidadania Honorária do Paraná à Senhora ETY G. FORTE e ao Arquiteto LUIZ FORTE NETTO. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 308/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Ficam concedidos os Títulos de Cidadania Honorária do Paraná à Senhora ETY G. FORTE e ao Arquiteto LUIZ FORTE NETTO.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1984

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

ACIR MEZZADRI

Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 210/84, VETO aposto ao Projeto de Lei nº 195/83, de autoria do Deputado DONATO GULIN, que autoriza o Poder Executivo criar o "FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIAS DO LEGISLADOR MUNICIPAL - FUMPLEM", e dá outras providências. Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário por unanimidade.

Ofício nº DTL/137/84

Curitiba, 29 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento de Ofício nº 117/84, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 195/83, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a criação, nos Municípios do Paraná, do Fundo Municipal de Previdência do Legislador Municipal - FUMPLEM, com personalidade jurídica própria, sede e foro no Município em que for criado.

O não acolhimento ao Plano de Lei em exame decorre do pronunciamento expandido pela Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, segundo o qual a medida, por versar sobre matéria financeira, fere o preceito contido no § 1º letra a, do art. 25, da constituição Estadual.

Por outro lado e não obstante a inconstitucionalidade apontada, o Projeto de Lei ora vetado apresenta falhas e omissões que tornariam, se acolhido, as mínimas condições de exequibilidade. Nota-se não haver a necessária definição dos recursos financeiros que iriam compor o pretendido fundo. Este fato, por si só, afastaria qualquer possibilidade de aplicabilidade da medida.

Num dos tópicos de seu pronunciamento, a FAMEPAR esclarece que "em se tratando de matéria de tal natureza, não só sob o aspecto jurídico deve ser analisada, mas, também, quanto sua viabilidade econômica, e assim o fazemos somos obrigados a levantar argumentos que demonstram que o sistema previdenciário que se quer criar é inviável. Um sistema dessa natureza necessita de toda uma estrutura estatística, de cálculo de riscos e probabilidade, de previsão de resultados e embasamento financeiros que permitam um funcionamento regular.

Instituir tal sistema sem verificação dos fatores citados só pode levá-lo à falência tornando-o deficitário, impróprio para os fins almejados e inconsistente quanto aos meios".

Assevera, ainda, a FAMEPAR que "o Projeto de Lei nº 195/83, por violar disposição constitucional do Estado e carecer de maiores investigações de viabilidade econômica, não merece

a sanção governamental, podendo, por conseguinte ser vetado por inconstitucional e contrário ao interesse público".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 195/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a criação, nos Municípios do Paraná, do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO LEGISLADOR MUNICIPAL - FUMPLEM, com personalidade jurídica própria, sede e foro no Município em que for criado por legislação própria.

Art. 2º - O Fundo de que trata o artigo anterior tem por finalidade a concessão de benefícios de aposentadoria e pensão por invalidez aos Vereadores da Câmara Municipal e ao Prefeito Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro",
em 04 de outubro de 1984.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

Proposição nº 210/84 - Veto aposto ao Projeto de Lei nº 195/83, de autoria do nobre Deputado Donato Gulin, que autorizava o Poder Executivo a criar o Fundo Municipal de Previdência do Legislador Municipal - FUMPLEM, e dá outras providências.

PARECER:

O Veto aposto ao projeto de Lei nº 195/83, foi comunicado a esta Casa, pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício nº DTL/137/84, datado de 29 de outubro de 1984, decorrendo daí, o prazo constitucional para a respectiva apreciação pela Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pelo inciso I, do art. 28, de nossa Carta Magna Estadual, e, dos termos da justificativa depreende-se que o VETO se embasa em razões puramente constitucionais, ferindo o preceituado no inciso I, letra a, do art. nº 25 da Constituição Estadual.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se assim pela manutenção do VETO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente
HERMAS BRANDÃO
Relator.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) -
Vossa Excelência coloca em votação
o veto do Senhor Governador?

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana) - O
Projeto de Lei n.º 195/83.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Projeto de
Lei que foi aprovado por unanimidade
nesta Casa e que foi vetado pelo Senhor Governador?

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana) - Exatamente.
Rejeitado o projeto e mantido o veto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Solicito
verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana) - A
Mesa vai proceder.
(É Procedida a verificação de votação).

6 Senhores Deputados aprovam; 8 Senhores
Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento
da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente
sessão, marcando outra para quinta-feira, dia
07, à hora regimental, com a seguinte
ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 210/84.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 07/84.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária
para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 112/84.
Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS
DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO
DO SENHOR DEPUTADO EDUARDO BAGGIO,
EM SESSÃO DO DIA 04 DE MARÇO DE 1985.

"CONSTITUINTE JÁ"

(Gazeta do Povo)

Dia 15 de março próximo instala-se no país
o governo da NOVA REPÚBLICA legitimado
tacitamente pelo povo, na esperança do surgimento
de um novo tempo que venha colocar o Estado
brasileiro na trilha da democracia institucional, política,
econômica e social.

Duas bandeiras se levantaram perante o povo
durante o período reivindicatório das mudanças
as eleições diretas já e a Constituinte.

A primeira já ficou para trás, face a pressão
do Executivo exercida sobre o Congresso Nacional
que mais uma vez curvou-se perante aquele Poder
inviabilizando a realização da eleição direta para
a chefia do Executivo.

Resta a segunda bandeira desfraldada popular
popularmente.

Fala-se em Constituinte para novembro
de 86 quando das eleições para Governador
Senador e Deputados estaduais e federais.

A tese não é nova, pelo contrário, é a
mais usada, entretanto, não parece para o momento
ser a mais oportuna e coerente, uma vez que as
denúncias formuladas de autoritarismo, de arbitrio,
de exercício do poder absoluta nestes últimos anos
foram decorrentes do atual texto constitucional
e demais atos de exceção.

Assim, como pode a NOVA REPÚBLICA
pretender apoiar-se, por um longo período
de aproximadamente 2 (dois anos), na mesma
Carta outorgada pela Revolução de 64, denominada
de autoritária.

O momento é de CONSTITUINTE, JÁ.

Convoque-se, pois a eleição para a escolha dos
representantes dos diversos segmentos da sociedade
para o fim específico de elaborar o novo
Código Político, independente do trabalho
continuado dos atuais legisladores ordinários
que compõem o atual Congresso Nacional.

A apresentação dos candidatos à Constituinte
deve ser feita "sponte" própria, individualmente,
sem vínculo partidário para que se possibilite
a inclusão da representação mais ampla possível
e não apenas constituída por políticos oriundos
das legendas partidárias, como está a se pretender.

A elaboração da nova Constituição deve
se colocar acima dos interesses de grupos partidários.

A nova Carta deve ser obra e ressonância
do anseio popular.

A Constituição é para toda a Nação e por
ela deverá ser feita, daí porque após elaborada
deverá ainda ser levada ao referendun popular.

Legitime-se, portanto, o futuro texto constitucional.

Afasto-se o Estado opressor, levante-se
a bandeira dos cidadãos acima do Estado.

Não se esqueçam que o homem criou o
Estado para lhe servir e não para que o escravize.

Os mandatários são meros delegados
da Nação não os donos absolutos do poder.

Convoque-se, pois, a CONSTITUINTE JÁ,
deixando as demais eleições para 86. ou seja,
para prefeitos das Capitais, municípios de Segurança
Nacional e estâncias hidrominerais, juntamente
com as de governadores e legisladores ordinários.

O atual legislador ordinário deverá dispor
sobre a convocação do corpo eleitoral para a
escolha dos representantes que comporão a Assembléia
Nacional Constituinte.

Esta convocação não poderá ser procrastinada,
sob pena do futuro governo incorrer nos mesmos
erros que combateu durante o período da convocação
popular, como ainda decepcionar por completo
a princípio, o povo brasileiro que foi sustentação
da mudança do mais alto mandatário da Nação.

O futuro governo não poderá pensar em
governar a Nação, por muito tempo, sob a tutela
do texto constitucional que aí está, sob pena
de pretender legitimar a Constituição que
até então foi combatida como autoritária.

O delineamento do Estado forte deve de
imediato ser substituído pelo da pessoa humana
forte. Os direitos do homem devem estar sobrepostos
ao direito do Estado.

O decreto-lei deve ser repensador de pronto.

A matéria de Segurança Nacional deve ser revista.

Os direitos individuais devem ser colocados no texto constitucional de modo a poder ser operacionalizado de imediato pelo ofendido.

Os Poderes do Estado devem estar voltados

a proporcionar a Justiça Social.

A liberdade de iniciativa da empresa privada deve ser elevada a dogma constitucional, sendo o Estado reduzido a sua real posição de elemento condutor e proporcionador da educação, saúde, habitação e segurança interna e externa.

Convoque-se a CONSTITUINTE JÁ.